



**Reunião de Análise da Estratégia do TRT5 e outros assuntos pertinentes, com os Diretores de Secretaria das Varas do Trabalho.**

ATA DE REUNIÃO		
Local	Data	Horário
Auditório da Escola Judicial	09/10/2019	Das 14h às 15h30

• Participantes	
Maria de Lourdes Linhares Lima de Oliveira	Desembargadora Presidente do TRT5
Adriana Braga Falcão	12ª VT de Salvador
Alberto da Silva Nascimento	Representante da 1ª VT de Juazeiro
Aldo Cesar Oliveira Quaresma	17ª VT de Salvador
Amauri da Costa Bastos	1ª VT de Salvador
André Luis Pereira Socorro	27ª VT de Salvador
Antônio de Almeida Pereira	6ª VT de Feira de Santana
Antônio dos Santos Barata Neto	Diretor da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas
Antônio Geraldo Silva Santos	VT de Itaberaba
Antônio Jorge de Oliveira Castro Marques	2ª VT de Juazeiro
Antônio José Souza Góes	1ª VT de Simões Filho
Caroline Carvalho Cerqueira Facchini Pontin	33ª VT de Salvador
Denilson de Carvalho Mendes	16ª VT de Salvador
Enelson de Jesus Barros Reis	29ª VT de Salvador
Fábio Cardoso Araripe	VT de Senhor do Bonfim
Fábio Santos Melo	VT de Porto Seguro
Filipe Ortiz de Moraes	5ª VT de Feira de Santana
Frederico Augusto Santana Bomfim	4ª VT de Salvador
Frederico Rodrigues	Diretor do Juízo de Conciliação de 2ª Instância
Gervásio Dias do Vale	VT de Eunápolis
Gilmara Rodrigues Santos	3ª VT de Salvador
Ilton Arcieri Lopes	Representante da VT de Santo Amaro
Isabelle de Sá Santana	22ª VT de Salvador
Israel Gomes Nascimento	2ª VT de Camaçari
João Mauricio Mariani Wanderley Primo	37ª VT de Salvador
João Moura da Costa	1ª VT de Camaçari
José Antônio Carvalho Trigueiro Almeida	39ª VT de Salvador
José Augustinho Filho	2ª VT de Itabuna
José Augusto de Aquino	28ª VT de Salvador
José César Espírito Santo dos Prazeres	21ª VT de Salvador
José Francisco Barbosa de Araujo	26ª VT de Salvador



José Ramos Souza Pedral	1ª VT de Vitória da Conquista
Karla Ventin Ferreira	2ª VT de Alagoinhas
Lázaro Cavalcante dos Santos	3ª VT de Camaçari
Leandro Carlos Souza da Silva Régis	VT de Euclides da Cunha
Leonardo Rocha de Oliveira	VT de Ipiaú
Luciano Lima da Silva	2ª VT de Feira de Santana
Manoel Evangelista Neto	4ª VT de Feira de Santana
Mara da Silva Abreu Habib	38ª VT de Salvador
Marcelo Pacheco de Cerqueira	23ª VT de Salvador
Maria Almerinda dos Santos Oliveira Fonseca	Representante da 2ª VT de Ilhéus
Maria Tereza Mesquita Almeida	15ª VT de Salvador
Mariney Matos Cortês Alves	1ª VT de Itabuna
Mário Moreno Moscoso Valladares	VT de Barreiras
Mateus Maia de Melo	VT de Jequié
Monalisa Galvão Portugal Oliveira	VT de Conceição do Coité
Nélio Alves Rosa Filho	1ª VT de Feira de Santana
Orlando Almeida dos Santos	2ª VT de Vitória da Conquista
Orocil Pedreira Santos Junior	Diretor da Secretaria de O&M
Otávio Silva de Carvalho	3ª VT de Ilhéus
Patricia Britto de Mello Silva Souza	Representante da 30ª VT de Salvador
Roberto Macedo Pedreira de Cerqueira	2ª VT de Salvador
Rogério Fagundes de Assis	31ª VT de Salvador
Rogério Floriano Pio	2ª VT de Simões Filho
Rosana Conceicao Fernandes Guimarães	VT de Irecê
Sérgio Cerqueira Lima	20ª VT de Salvador
Simone Silva de Figueiredo Campos	VT de Jacobina
Tânia Márcia Monteiro Baptista	6ª VT de Salvador
Tarcísio José Filgueiras dos Reis	Diretor-Geral
Tathiana da Conceição Simões	25ª VT de Salvador
Tiago Bengard Carvalho Feitosa	1ª VT de Alagoinhas
Vítor Felipe Nunes Coelho	10ª VT de Salvador
Wander Silva Salaroli	19ª VT de Salvador
Wellington Oliveira de Almeida	Diretor de Secretaria de Coordenação Judiciária de 1ª Instância
Yuri José Rocha de Almeida	VT de Paulo Afonso
Márcio Fernando Ribeiro da Silva	Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica
Márcio José Pinto da Silva	Secretaria de Gestão Estratégica

• **Temas a serem tratados**

- a. Evolução da Força de Trabalho:
  - i. Quantidade de servidores;



- ii. Produtividade por servidor;
- b. Cenário atual comparativo com outros tribunais:
  - i. Casos novos - conhecimento;
  - ii. Casos novos – execução;
  - iii. Saldo de pendentes;
- c. Gestão e análise de cumprimento das Metas Nacionais de 2019:
  - i. Área fim (Metas judiciais);
- d. Resultados do CEJUSC1.
- e. Sustentabilidade.

• **Itens para análise e deliberação**

Dando início à reunião, Dra. Lourdes informou que esta reunião trará pontos importantes a serem abordados e esclarecidos, como o orçamento da Justiça do Trabalho em 2020, a nova sede do TRT5 e a gestão e metas judiciárias no atual cenário. Serão também expostos os projetos em andamento com impacto no 1º Grau e as boas práticas desenvolvidas pelas Varas do Trabalho. Comentou ainda sobre as realizações ao longo da sua gestão, destacando alguns importantes projetos implementados, a exemplo do Cejusc no 1º e no 2º Graus; a mediação pré-processual em Dissídios Coletivos; criação do aplicativo JTe (hoje, com abrangência nacional); oitiva de partes e testemunhas através de videoconferências; convênio com a CEF para liberação de saques dos alvarás em qualquer agência do estado da Bahia; sistema automatizado de bloqueio bancário; Certidão Eletrônica de ações Trabalhistas (CEAT), emitida gratuitamente no nosso Portal; Comunicação Expressa (cadastro das Procuradorias Municipais para recebimento de notificações eletrônicas); e-Correição; Garimpo (busca de créditos em processos arquivados); Penhoras unificadas; Programa de capacitação permanente; Exame Periódico Bucal; interiorização de exames médicos periódicos; Programa de Responsabilidade Socioambiental, com coleta seletiva solidária, feira orgânica, semana Saúde em Movimento; campanhas de incentivo ao Trabalho Seguro e de combate ao Trabalho Infantil; Programa de Segurança Institucional; Atualização do parque de Informática; execução do Plano de Obras, com reformas na capital e em diversos fóruns do interior; Dia do Cidadão; Excelência na Comunicação, com ênfase no Portal eletrônico e nas redes sociais. Após, passou a palavra ao Diretor Geral, Tarcísio Filgueiras, que explanou sobre a segurança das nossas instalações físicas, autogestão, orçamento 2020 e nova sede. Em seguida, o Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica, Márcio Fernando, explicou que trará dados estatísticos do período de 2009 a 2018, sempre relacionados aos Tribunais de Porte Médio (TRT5, TRT6, TRT7, TRT8, TRT9, TRT10, TRT11, TRT12 e TRT18) e da média alcançada por estes Tribunais e por toda a Justiça do Trabalho. Desta forma, iniciou falando da redução de 13,4% da força de trabalho do TRT5, que passou de 2.684, em 2009, para 2.324 servidores em 2018, enquanto que no mesmo período a força de trabalho da Justiça do Trabalho aumentou 11,5% e nos Tribunais de Porte Médio, de 10,2%. Vimos ainda, no mesmo gráfico, que o TRT18 teve um acréscimo de 56,7%. Não obstante, o índice de produtividade dos servidores obteve um aumento de 53,2% neste mesmo período de 2009 a 2018. Superior ao índice da JT (17,1%) e aos Tribunais de Porte Médio (14,5%). Ressaltou, entretanto, que apesar do aumento expressivo, nosso índice continua baixo (85,96 processos baixados por servidor), quando comparado ao da JT (107,94) e aos Tribunais de Porte Médio (96,13). Continuou sua apresentação falando dos impactos na demanda após a Reforma Trabalhista e da importância dos números e da sua correta análise, dividindo os indicadores em 2 grupos: 1º Grau (processos nas fases de conhecimento e execução) e 2º Grau (conhecimento). Usando a mesma metodologia do CNJ, que soma os processos nas fases de conhecimento e de execução, chamando-os de casos novos, temos em 2018 a distribuição de



109.386 casos novos no 1º Grau, uma redução de 26,8% (JT: queda de 13% e TRT Porte Médio: queda de 14,9%) no período e de 37,4% (JT: queda de 27,3% e TRT Porte Médio: queda de 27,4%), em relação ao ano de 2017, enquanto no 2º Grau foram 54.768 casos novos em 2018. Um incremento de 90,86% (JT: 72,6% e TRT Porte Médio: 63,6%) no período e de 17,26% (JT: 10,5% e TRT Porte Médio: 9,9%) quando comparado ao ano de 2017. Complementou, informando que no 1º Grau, apenas na fase de conhecimento, a queda foi de 44,7% (JT: queda de 34,2% e TRT Porte Médio: queda de 35%), com distribuição de 70.698 processos em 2018. Fato que decorre muito provavelmente pela implantação da Reforma Trabalhista. Enquanto na fase de execução, a queda foi de apenas 17,6% (JT: queda de 5,9% e TRT Porte Médio: queda de 5,2%), com 38.688 execuções iniciadas em 2018. Prosseguiu com a apresentação dos dados estatísticos, mostrando que, a partir de 2013, principalmente após a implantação das inspeções processuais, houve uma queda gradativa do número de processos pendentes no 1º Grau. Em 2018 estávamos com 93.892 processos pendentes na fase de conhecimento e atualmente, com 76.922 processos, ou seja, houve uma redução de 58.097 processos nos últimos 20 meses, em razão de 2 fatores: alta produtividade e baixa demanda. Dessa forma, a taxa de congestionamento, no 1º Grau, que em 2017 estava em 53,27%, caiu para 45,64% em 2018 e tem uma tendência de queda para os anos seguintes. Por outro lado, no 2º Grau, notadamente a partir de 2015, com os processos sobrestados, com o elevado crescimento dos casos novos, sem aumento da estrutura de apoio, chegamos em agosto/2019 com 73.033 processos pendentes e com projeção de aumento. Assim, nossa taxa de congestionamento no 2º grau que estava em 63,32% em 2018, tem uma tendência de crescimento, aumentando ainda mais a distância da taxa do 1º Grau. Por isso mesmo, está em desenvolvimento na Corregedoria Geral, uma nova ferramenta de gestão judiciária, dentro do BI, para o 2º Grau, facilitando o processo de trabalho de distribuição dos processos. Na fase de execução, em 2018, nossa taxa de congestionamento (73,87%) ficou abaixo da taxa nacional (77%). Este trabalho reflete diretamente na nossa prestação de serviços com o pagamento de R\$2.496.772.933,79 aos jurisdicionados em 2018 (aumento de 19,9% em relação ao ano de 2016). E mais uma vez fomos destaque na Meta Nacional 5 do Poder Judiciário (Índice de Execução), com o melhor resultado entre todos os Tribunais, atingindo o percentual de 165,23% de cumprimento da meta. Passaremos agora à análise das Metas de 2019, com seus resultados alcançados até 08/10/2019:

- ✓ Meta 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente – Cumprimento em 116%;
- ✓ Meta 2 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus – Cumprimento em 100%;
- ✓ Meta 3 – Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017 – Cumprimento em 84%. Após a criação do CEJUSC, em junho de 2018 (implantado em 20 varas), nosso índice de conciliação melhorou, estando com o indicador em 30,33% (1º Grau). Foram 1.998 processos conciliados em 16 meses. Conforme noticiado por nossa Presidente, é um dos Projetos Estratégicos do TRT5, ainda em expansão;
- ✓ Meta 5 – Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente – Cumprimento em 128%;
- ✓ Meta 6 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016, no 1º grau e até 31/12/2017, no 2º grau - Cumprimento em 99% e em 92%;
- ✓ Meta 7 – Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior - Cumprimento em 105%;



- ✓ TMDP2 – Tempo Médio de Duração do Processo – 2ª Instância (Indicador 2.1 do nosso PE) - Meta nacional que mede o prazo médio transcorrido entre o ajuizamento do processo no Tribunal e o seu julgamento. Tem como meta reduzir o prazo médio de duração do processo, em 9%, em relação ao ano base de 2017. Para 2019, o alvo é atingir 154 dias. O grau de cumprimento está em 60%;
- ✓ TMDP1 – Tempo Médio de Duração do Processo – 1ª Instância – Fase de Conhecimento (Indicador 2.2) - Meta nacional que mede o prazo médio transcorrido entre o ajuizamento da ação na Vara do Trabalho e a prolação da sentença. Tem como meta reduzir o prazo médio de duração do processo, em 4%, em relação ao ano base de 2017. Para 2019, o alvo é atingir 258,16 dias. O grau de cumprimento está em 73% (314 dias). O nosso TMDP1 está diretamente relacionado ao julgamento de 56.388 processos no período compreendido entre 11/11/2017, onde tínhamos 108.016 processos pendentes de julgamento e 05/10/2019, onde temos 51.628 processos pendentes

Em seguida, passou a explicar sobre a racionalização dos recursos: Orçamento/Sustentabilidade. Falou do cenário crítico e das consequências que Emenda Constitucional 95/2016 trouxe, com a redução do aporte financeiro e que a partir de 2020 a situação será muito pior, já que a redução será de 44% nas verbas de Atividades. Lembrou ainda da exigência do TCU e de algumas medidas preventivas tomadas pelo Regional para minimizar os impactos. Como principais resultados, temos:

- ✓ Economia de 18,5% no consumo de energia (em Kwh);
- ✓ Economia de água em 30,3% (em m³);
- ✓ Economia de 68,7% no consumo de telefonia (em R\$);
- ✓ Economia de 19,8% no consumo de combustíveis (em litros).
- ✓ Economia de 60% no consumo de papel A4 (em resmas);

Como já debatemos, a economia em alguns itens é insuficiente, já que teremos uma redução orçamentária de 44%. Principalmente que, à exceção de telefonia, o parâmetro está no consumo e não em valores. Em relação ao consumo de papel, verificamos que após a implantação do PJE, em 2012, há um ponto de inflexão da curva, momento que em que o TRT5 passou a economizar papel, com uma redução de 60%, em relação ao ano de 2014, além de outros insumos diretos como toner (65%) e energia elétrica e indiretos como a água utilizada na fabricação do papel e quantidade de árvores salvas. Reduzimos ainda o consumo de copos plásticos (20%) e de material de expediente (58%). Encerrando sua apresentação, Márcio Fernando passou a palavra à Desembargadora Presidente, que finalizou a RAE agradecendo a presença de todos.//

**Márcio Fernando Ribeiro da Silva**  
Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica